

Id:01AB1E314429EE59


PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DO PIAUÍ-PI
 Av. Santo Antônio, 210 - Centro - CEP: 64.688-000 - Vila Nova do Piauí-PI
 E-mail: pmvvn@bol.com.br | Fone: (89)3437-0068
 CNPJ Nº. 01.612.614/0001-97

 EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2022
 ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 032/2021

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro do ano de 2022, o **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DO PIAUÍ - PI**, situada na Av. Santo Antônio, Nº 210 - Centro - Vila Nova do Piauí - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.614/0001-97, neste ato representada por seu Prefeito Municipal EDILSON EDMUNDO DE BRITO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de nº 1.176.125 SSP/PI, inscrito no CPF/MF de nº 412.137.773-72, com endereço profissional antes designado, mais a frente denominado de CONTRATANTE do outro lado, a empresa **CENTRO HOSPITALAR ESPECIALIZADO DE ARARIPINA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 07.796.296/0001-48, com sede na Rua Pedro José Rodrigues, s/n, centro, Araripina-PE, representado neste ato por seu proprietário Ryan de Andrade Ramos Lacerda, inscrito no CPF de nº 043.885.234-61, aqui denominada de CONTRATADA, com endereço profissional anteriormente designado, tem justo e acertado o presente Aditivo Contratual, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na prestação dos serviços, tudo de acordo com legislação vigente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente aditivo contratual é regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como, pelos termos do Contrato nº 032/2021 originado da Tomada de Preço nº 008/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por finalidade a renovação do prazo de vigência do Contrato nº 032/2021, pelo período de 12 (doze) meses, de modo que passe a vigor entre 01/01/2023 a 31/12/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1. Para execução contratual no novo período de vigência o valor do contrato permanecerá de R\$ 242.250,00 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), tal como estabelecido pelo item 3.1 do Aditivo nº 01 do Contrato nº 032/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

4.1. As demais cláusulas contratuais estabelecidas originalmente no Contrato nº 032/2021 aplicam-se integralmente ao presente termo aditivo.

RECURSO FINANCEIRO: FPM, ICMS, RECURSOS PRÓPRIOS E OUTROS.

BASE LEGAL: art. 24 da Lei n.º 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até dia 31 de dezembro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL: EDILSON EDMUNDO DE BRITO

Id:0471A921FF3DEE57


PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DO PIAUÍ-PI
 Av. Santo Antônio, 210 - Centro - CEP: 64.688-000 - Vila Nova do Piauí-PI
 E-mail: pmvvn@bol.com.br | Fone: (89)3437-0068
 CNPJ Nº. 01.612.614/0001-97

 EXTRATO DE CONTRATO Nº 089-2022
 ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 003/2021

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro do ano de 2022, o **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DO PIAUÍ - PI**, situada na Av. Santo Antônio, Nº 210 - Centro - Vila Nova do Piauí - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.614/0001-97, neste ato representada por seu Prefeito Municipal EDILSON EDMUNDO DE BRITO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de nº 1.176.125 SSP/PI, inscrito no CPF/MF de nº 412.137.773-72, com endereço profissional antes designado, mais a frente denominado de CONTRATANTE do outro lado, a empresa **C.A DE BRITO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 21.310.568/0001-89, com sede na Rua Marcos Parente, nº 184 centro Picos-PI, representado por CLEIDIVAN AFONSO DE BRITO, brasileiro, inscrito no CPF de nº 029.379.243-79, aqui denominada de CONTRATADA, com endereço profissional anteriormente designado, tem justo e acertado o presente Aditivo Contratual, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na prestação dos serviços, tudo de acordo com legislação vigente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente aditivo contratual é regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como, pelos termos do Contrato nº 003/2021 originado da Tomada de Preço nº 015/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por finalidade a renovação do prazo de vigência do Contrato nº 003/2021, pelo período de 12 (doze) meses, de modo que passe a vigor entre 01/01/2023 a 31/12/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1. Para execução contratual no novo período de vigência o valor do contrato permanecerá de R\$ 183.168,31 (cento e oitenta e três mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e um centavos), tal como estabelecido pelo item 3.1 do Aditivo nº 01 do Contrato nº 003/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

4.1. As demais cláusulas contratuais estabelecidas originalmente no Contrato nº 003/2021 aplicam-se integralmente ao presente termo aditivo.

RECURSO FINANCEIRO: FPM, ICMS, RECURSOS PRÓPRIOS E OUTROS.

BASE LEGAL: art. 24 da Lei n.º 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até dia 31 de dezembro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL: EDILSON EDMUNDO DE BRITO

Id:09FEBF037565EE4B


PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DO PIAUÍ-PI
 Av. Santo Antônio, 210 - Centro - CEP: 64.688-000 - Vila Nova do Piauí-PI
 E-mail: pmvvn@bol.com.br | Fone: (89)3437-0068
 CNPJ Nº. 01.612.614/0001-97

 EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2022
 ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 038/2022

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro do ano de 2022, o **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DO PIAUÍ - PI**, situada na Av. Santo Antônio, Nº 210 - Centro - Vila Nova do Piauí - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.614/0001-97, neste ato representada por seu Prefeito Municipal EDILSON EDMUNDO DE BRITO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de nº 1.176.125 SSP/PI, inscrito no CPF/MF de nº 412.137.773-72, com endereço profissional antes designado, mais a frente denominado de CONTRATANTE do outro lado, a empresa **FOCO SMART LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF de nº 26.807.519/0001-70, com sede na Avenida Marechal Castelo Branco, Nº 911, Edifício Shopping Rio Poty, Andar Piso L4, Loja 415 GH / Parte 54, Bairro Porenquanto, Teresina-PI, representada neste ato por seu Sócio, o Sr. TIAGO RODRIGUES FERREIRA, inscrito no CPF de nº 030.138.133-00, aqui denominada de CONTRATADA, com endereço profissional anteriormente designado, tem justo e acertado o presente Aditivo Contratual, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na prestação dos serviços, tudo de acordo com legislação vigente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente aditivo contratual é regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como, pelos termos do Contrato nº 038/2022 originado da Tomada de Preço nº 025/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por finalidade a renovação do prazo de vigência do Contrato nº 038/2022, pelo período de 12 (doze) meses, de modo que passe a vigor entre 01/01/2023 e 31/12/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1. Para execução contratual no novo período de vigência o valor do contrato permanecerá de R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais), tal como estabelecido pelo item 3.1 do Contrato nº 038/2022.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

4.1. As demais cláusulas contratuais estabelecidas originalmente no Contrato nº 038/2022 aplicam-se integralmente ao presente termo aditivo.

RECURSO FINANCEIRO: FPM, ICMS, RECURSOS PRÓPRIOS E OUTROS.

BASE LEGAL: art. 24 da Lei n.º 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até dia 31 de dezembro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL: EDILSON EDMUNDO DE BRITO

Id:0CC549F43079EBA9



DECRETO Nº: 378 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O(a) **PREFEITO(a) DO MUNICÍPIO DE Murici dos Portelas - PI, ESTADO do Piauí**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, a necessidade de criação do Conselho de Controle Social dos serviços públicos de Saneamento, impulsionando pelo Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010, da Presidência da República que regulamenta a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

CONSIDERANDO, também, que para haver transferência de recursos federais, ou aos geridos ou administrados por Órgãos ou entidades da União, é necessária a criação do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico.

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído o Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico no âmbito do Município de Murici dos Portelas - PI, com fundamento na Lei Federal nº 11.445/2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico".

Art. 2.º O Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI é um Órgão colegiado de caráter consultivo na formulação, planejamento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 3.º Compete ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI:

I - Debater e fiscalizar a Política Municipal de Saneamento Básico e a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Diagnosticar a situação e prestar as informações necessárias para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviços.

§ 1º As competências do Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico são limitadas às matérias relativas ao Município de _____/_____.

§ 2º O Município fornecerá ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§ 3º O Conselho deve atuar com autonomia, sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato de seus membros.

§ 4º A reunião do Conselho será pública e seu andamento deverá ser divulgado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias nos meios de divulgação do Município.

§ 5º Os membros do Conselho serão nomeados por portaria e terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º O Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

(Continua na próxima página)



I - Representando do Governo Municipal:

- a) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- e) 01 (um) representante do Departamento de Água e Esgoto da prestadora de serviços do município;
- f) 01 (um) representante do Departamento da Vigilância Sanitária.

II - Representando a Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente.
- b) 01 (um) representante da Colônia de Pescadores de ____/UF (ou outra representação similar);
- c) 01 (um) representante do Comércio Local;
- d) 01 (um) representante de Sindicatos.

Art. 5º - Ficam nominados a compor o referido Conselho os Membros designados mediante Portaria Municipal, bem como seus suplentes:

Art. 6º A atuação no Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI é considerada atividade de relevante interesse público, não cabendo qualquer espécie de remuneração ou ajuda de custo.

Art. 7º As reuniões do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI serão realizadas ao menos uma vez a cada ano e as extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente ou por um terço de seus membros.

Art. 8º É assegurado ao Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI, o acesso a quaisquer documentos e informações produzidas por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, observada o disposto no § 1º do artigo 33 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Murici dos Portelas-PI 29 de dezembro de 2022.

Francisca das Chagas Correia de Sousa
Francisca das Chagas Correia de Sousa
Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no dia 29 de dezembro de 2022.

Id:13B5A54E042BEC36



DECRETO Nº: 378 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O(a) PREFEITO(a) DO MUNICÍPIO DE Murici dos Portelas - PI, ESTADO do Piauí, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, a necessidade de criação do Conselho de Controle Social dos serviços públicos de Saneamento, impulsionando pelo Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010, da Presidência da República que regulamenta a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

CONSIDERANDO, também, que para haver transferência de recursos federais, ou aos geridos ou administrados por Órgãos ou entidades da União, é necessária a criação do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico.

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído o Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico no âmbito do Município de Murici dos Portelas - PI, com fundamento na Lei Federal nº 11.445/2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico".

Art. 2.º O Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI é um Órgão colegiado de caráter consultivo na formulação, planejamento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 3.º Compete ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI:

I - Debater e fiscalizar a Política Municipal de Saneamento Básico e a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Diagnosticar a situação e prestar as informações necessárias para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviços.

§ 1º As competências do Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico são limitadas às matérias relativas ao Município de ____/____.

§ 2º O Município fornecerá ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§ 3º O Conselho deve atuar com autonomia, sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato de seus membros.

§ 4º A reunião do Conselho será pública e seu agendamento deverá ser divulgado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias nos meios de divulgação do Município.

§ 5º Os membros do Conselho serão nomeados por portaria e terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º O Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I - Representando do Governo Municipal:

- a) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- e) 01 (um) representante do Departamento de Água e Esgoto da prestadora de serviços do município;
- f) 01 (um) representante do Departamento da Vigilância Sanitária.

II - Representando a Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente.
- b) 01 (um) representante da Colônia de Pescadores de ____/UF (ou outra representação similar);
- c) 01 (um) representante do Comércio Local;
- d) 01 (um) representante de Sindicatos.

Art. 5º - Ficam nominados a compor o referido Conselho os Membros designados mediante Portaria Municipal, bem como seus suplentes:

Art. 6º A atuação no Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI é considerada atividade de relevante interesse público, não cabendo qualquer espécie de remuneração ou ajuda de custo.

Art. 7º As reuniões do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI serão realizadas ao menos uma vez a cada ano e as extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente ou por um terço de seus membros.

Art. 8º É assegurado ao Conselho de Controle Social de Saneamento Básico do Município de Murici dos Portelas - PI, o acesso a quaisquer documentos e informações produzidas por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, observada o disposto no § 1º do artigo 33 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Murici dos Portelas-PI 29 de dezembro de 2022.

Francisca das Chagas Correia de Sousa
Francisca das Chagas Correia de Sousa
Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no dia 29 de dezembro de 2022.

Id:01AB1E314429EDC7



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO Nº 056/2022 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 029 de 10 de junho de 2022.	
PROCEDIMENTO:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2022
OBJETO/ ALTERAÇÃO	OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria em gestão pública, por meio de acompanhamento administrativo, financeiro de todas as atividades da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Sebastião Leal - PI. ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA O presente termo aditivo tem finalidade de prorrogar por 12 (doze) meses o prazo de vigência e as mesmas condições do contrato nº 029/2022, conforme possibilidade legal constante no art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.
CONTRATANTE/ CONTRATADA:	O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL/PI , pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São José 56, Centro, Sebastião Leal-PI, C.N.P.J. 01.612.610/0001-09, neste ato representado pela Sra. MANOELINA DE SOUSA BORGES , Prefeita Municipal, residente e domiciliado na Rua Cícero Eneias 375, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 1.176.237-SSP-PI, CPF nº 420.928.253-72, denominada CONTRATANTE e a empresa GEST & PLAN ASSESSORIA E CONSULTORIA , CNPJ Nº 27.215.719/0001-04, com endereço a Rua Paraíba, Quadra A, nº 15, Sala 01, Bairro Vila Boa Esperança, Guadalupe-PI, denominada CONTRATADA .
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	Art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93
DATA DO ADITIVO:	27/12/2022